

O PDDE INTERATIVO: UMA FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO DA GESTÃO ESCOLAR¹

Andréa de Paula Pires

Marisa Schneckenberg

Resumo

O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Interativo é uma ferramenta de apoio à gestão escolar desenvolvida pelo Ministério da Educação – MEC, em parceria com as Secretarias de Educação e disponível para todas as escolas públicas cadastradas no Censo Escolar. Nos últimos anos se observa que o Governo Federal vem reforçando e ampliando políticas educacionais que contribuam na melhoria da gestão das escolas públicas, trazendo em seus discursos características promissoras acerca de tais políticas, que entre elas encontram-se as promessas acerca do planejamento da gestão educacional no contexto do PDDE Interativo. Por este viés, este estudo objetiva conhecer esta ferramenta evidenciando seus objetivos, sua proposta e sua metodologia de trabalho, partindo da leitura dos documentos oficiais do MEC, como também, buscar nas vozes dos gestores escolares como acontece na prática à operacionalização e a execução desta ferramenta. O PDDE Interativo vem se desenhando como um campo de interação entre MEC, Secretarias de Educação e escolas. As informações prestadas pelas escolas almejam proporcionar aos órgãos educacionais informações significantes que poderão subsidiar a formulação de políticas públicas educacionais cada vez mais centradas na realidade escolar.

Palavras-chave: Política Pública Educacional. Gestão Escolar. PDDE Interativo.

1. Introdução

No que se refere à gestão educacional, a legislação assegura que cada sistema de ensino é livre para construir uma gestão democrática e participativa junto à comunidade escolar, que entre o aparato legal destaca-se a Constituição Federal (BRASIL, 1988), que no artigo 206, inciso VI advoga, “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (BRASIL, 1996) da mesma forma assegura no seu artigo 3º, “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios”, inciso VIII, a “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”.

Constata-se assim que novos conceitos foram introduzidos e novas atribuições foram reservadas para a escola e para a educação, podendo destacar que a participação da comunidade escolar, a autonomia e a descentralização passaram a fazer parte dos atos legais, sustentando a gestão educacional num discurso descentralizador e democrático no que tange as tomadas de decisões, às ações e a divisão de deveres e responsabilidades.

¹ Trata-se de um estudo parcial desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - PPGE/UNICENTRO.

Segundo Paro (2011, p. 234-235) a participação tornou-se elemento constitutivo da gestão democrática,

[...] o seu significado maior é o reconhecimento que os usuários diretos e indiretos da escola pública fundamental têm o direito de tomar parte nas decisões da escola de modo a que esta, pelo processo educativo, possa atender a seus interesses de apropriação da cultura produzida historicamente. A participação, neste sentido, não pode ser entendida como “ajuda” na forma pecuniária ou prestação de serviço. Com o fim de passar para as famílias o encargo de manter o ensino público. Além disso, a participação na execução só pode ser entendida como o envolvimento em atividades decididas democraticamente pela própria comunidade.

Pensar a gestão escolar requer o reconhecimento e o entendimento das práticas de gestão desenvolvidas no dia-a-dia escolar, sendo necessário a caracterização de algumas tendências que se apresentam nas escolas públicas, as quais evidenciam a maneira de agir da gestão determinando práticas e posturas diferenciadas, refletindo no coletivo escolar.

Segundo Fonseca (2004), a escola pública está fracionada entre o modelo de gestão gerencial apresentado pelos organismos internacionais e pelo modelo de gestão democrática proposto pela LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), havendo dessa forma uma discrepância inerente ao modelo de gestão e ao planejamento, pois ao mesmo tempo em que a citada Lei estabelece a gestão democrática os programas do MEC orientam a perspectiva gerencial, gerando assim duas formas de planejamento: o estratégico e o participativo.

As duas formas de planejamento têm aspectos diferenciados. A forma gerencial tem como objetivo principal a racionalidade, a produtividade e o atendimento às demandas dos sujeitos. Essa forma de gestão disseminada no continente latino-americano é denominada como ideal porque direciona que o problema da falta de qualidade na educação se deve a falta de gerenciamento das escolas.

Acredita-se que a tendência democrática, tem como importante aspecto a participação do coletivo escolar no processo de deliberação das ações da escola. Por este viés, apontar o planejamento participativo ancorado ao modelo de gestão democrática não é suficiente para determinar uma organização escolar com qualidade social, visto que, os programas governamentais podem constituir-se como limite da autonomia da escola, que embora tenha como parâmetro a gestão democrática, podem amarrar-se às regras de cada programa, limitando assim as possibilidades de decisões e participação mais soberana da comunidade escolar frente a sua realidade educacional.

A observância deste limite da autonomia da escola relacionado às restrições e determinações da legislação pode ser considerada como uma condição necessária para o

debate e discussão sobre a necessidade de se criarem espaços e mecanismos onde a autonomia da escola e do Conselho Escolar, enquanto órgão deliberativo seja absolutamente respeitado. Sobre a gestão democrática Paro (1997, p. 12) enfatiza que,

Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola, educadores, alunos funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e de recursos. A esse respeito vejo no conselho de escola uma potencialidade a ser explorada.

Diante do exposto, observam-se as diferentes políticas que vêm sendo criadas pelo Governo Federal voltadas ao apoio à gestão escolar, nas quais se almeja a melhoria da qualidade do ensino público, tendo em vista o oferecimento de programas e novas metodologias de trabalho disponibilizadas às instituições escolares.

Dentre tais políticas voltadas para o apoio à gestão escolar e que está sob a égide do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, cita-se o PDDE Interativo, uma ferramenta desenvolvida pelo Ministério da Educação – MEC em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, com o intento principal de auxiliar todas as escolas públicas no planejamento da gestão escolar.

Tal ferramenta almeja, por meio das informações geradas pelas escolas, que o MEC e as secretarias estaduais e municipais de educação possam manter um diálogo e assim subsidiar a formulação de políticas públicas cada vez mais focalizadas e efetivas no que se refere à melhoria da gestão das escolas públicas.

A razão que justifica este estudo se pauta no fato de que nos últimos anos o Governo Federal vem reforçando e ampliando políticas educacionais que contribuam na melhoria da gestão das escolas públicas, trazendo em seus discursos características promissoras acerca de tais políticas. Entre elas, encontram-se as promessas acerca do planejamento da gestão educacional no contexto do PDDE Interativo. Dessa forma, mediante tal esforço, questiona-se como acontece na prática escolar a operacionalização e a execução desta ferramenta? O PDDE Interativo na realidade cumpre com seu objetivo principal que é auxiliar o planejamento da gestão escolar? Está aprimorando a gestão escolar?

Este estudo objetiva conhecer tal ferramenta evidenciando seu objetivo, sua proposta e sua metodologia de trabalho, partindo dos discursos constantes nos documentos oficiais do MEC, especificamente, o Manual do PDDE Interativo 2014 e as orientações desta política para o ano de 2015, como também, buscar nas vozes dos gestores escolares como acontece na prática a operacionalização e a execução desta ferramenta.

Destaca-se que tais informações sobre a operacionalização do sistema na prática serão obtidas a partir de um questionário contendo 09 questões abertas aplicado a 05 gestores² de escolas públicas dos anos iniciais do ensino fundamental.

Posto isto, para apresentar esta pesquisa, o texto está organizado em duas seções. Na primeira é apresentada a proposta e metodologia de trabalho do PDDE Interativo com base nos documentos oficiais desta política. A segunda seção traz nas vozes dos diretores escolares como se dá na prática escolar a operacionalização e execução desta política educacional.

PDDE Interativo: objetivo, proposta e metodologia de trabalho

O PDDE Interativo é uma ferramenta desenvolvida pelo Ministério da Educação – MEC em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Educação, com o objetivo principal de auxiliar todas as escolas públicas no planejamento participativo da gestão escolar. Sua metodologia tem como base o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE Escola³.

Para um melhor entendimento do PDDE Interativo destaca-se a importância de conhecer o contexto histórico do PDE Escola, visto que o sistema, objeto deste estudo se desprende do PDE Escola. Dessa forma, enfatiza-se que o PDE Escola foi concebido no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FUNDESCOLA, objeto do acordo de empréstimo firmado em 1998 entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, que teve como principal objetivo a melhoria da gestão escolar, a qualidade do ensino e a permanência dos alunos na instituição escolar.

O PDE Escola até o ano de 2005 se destinava exclusivamente às escolas de ensino fundamental localizadas nas chamadas “Zonas de Atendimento Prioritário – ZAPs⁴ das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No ano de 2007 a partir dos resultados do IDEB 2005 o MEC interpretou que se fazia necessário criar uma ferramenta que cobrisse diretamente as escolas com os IDEBs mais críticos, optando dessa forma pelo PDE Escola.

² Este número de gestores corresponde ao número de escolas municipais dos anos iniciais (seriadas) que possuem direção e que operacionalizam o PDDE Interativo. No total são 16 escolas habilitadas no PDDE Interativo, 05 escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental e 02 Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI realizam o preenchimento do diagnóstico no sistema. Nas 09 escolas que são multisseriadas a direção está sob a responsabilidade da Secretária Municipal de Educação e o PDDE Interativo até o momento não é preenchido.

³ Programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e seu objetivo é auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão. As escolas priorizadas com o PDE Escola são aquelas que possuem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, abaixo da média nacional e que não participaram nos anos anteriores.

⁴ Estas zonas eram escolhidas entre aquelas com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e abrangiam um número restrito de escolas e municípios, tendo em média, 3.800 escolas e 450 municípios, entre os anos de 2000 e 2007 (BRASIL, s/d).

A partir disso, ajustes teóricos e conceituais foram realizados na metodologia do programa, principalmente a mudança no critério utilizado para definir o público atendido, tendo o IDEB como principal parâmetro, o que resultou na inclusão de todas as escolas que se enquadravam no parâmetro estabelecido. Dessa forma, tais mudanças ocasionaram um aumento substancial de escolas para os anos seguintes, sendo o mais expressivo no ano de 2009 quando o recorde fixado teve mais do que o triplo do número de instituições escolares do ano anterior.

A expansão do PDE Escola nos anos seguintes envolveu a mobilização de diferentes setores e atores sociais, em especial, as secretarias estaduais e municipais de educação, contando que, os recursos são repassados no período de dois anos consecutivos e destinados a apoiar a escola nas ações descritas no plano de trabalho validado pelo MEC.

Destaca-se que até o ano de 2011 o PDDE Interativo estava disponibilizado apenas para as escolas priorizadas com recursos do PDE Escola, mas a partir de 2012, o sistema ampliou para todas as escolas públicas que desejassem utilizar da ferramenta, mesmo aquelas escolas que não recebiam recursos financeiros do MEC.

Em meio às discussões e ajustes no ano de 2013 tal ferramenta passou a ser chamada de PDE Interativo e a partir do ano de 2014 passa a ter a nomenclatura de PDDE Interativo, mudança esta que parte dos esforços de convergência de programas que trabalham sob a égide do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, para um sistema único: o PDDE Interativo.

Destaca-se que além do PDE Escola no ano de 2014 fizeram parte do PDDE Interativo os programas: Atleta na Escola⁵, Ensino Médio Inovador (PROEMI)⁶, Mais Educação⁷, Escolas do Campo⁸, Escolas Sustentáveis⁹ e Água na Escola¹⁰. Dessa forma em 2014 passou a estar disponível para todas as escolas públicas do Brasil cadastradas no censo escolar.

⁵O Programa de Formação Esportiva Escolar tem como objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas.

⁶Integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, como estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio.

⁷Tem a finalidade de contribuir para a melhoria da aprendizagem, por meio da ampliação do tempo diário de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública.

⁸Promover ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas das redes municipais, estaduais e distritais, localizadas no campo. Sua principal função é ajudar na contratação de mão de obra, despesas necessárias à manutenção, conservação e pequenos reparos em suas instalações e outras ações de apoio a realização de atividades educativas e pedagógicas.

⁹O programa prevê recursos a serem empregados na melhoria da qualidade de ensino e a transição das escolas para a sustentabilidade socioambiental, considerando a gestão, o currículo e o espaço físico.

¹⁰Promover ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino das escolas públicas das redes distrital, municipais e estaduais de ensino garantindo o abastecimento contínuo de água adequada ao consumo humano.

Partindo desse entendimento, pode-se afirmar que o PDDE Interativo tornou-se importante elo de comunicação entre as escolas, secretarias de educação e o MEC. No ano de 2011 e 2012 foram em média 100 mil instituições escolares que acessaram o sistema, destas, cerca de 50 mil concluíram o diagnóstico e o planejamento.

Conforme o Manual do PDDE Interativo 2014, o sistema tem como características primárias a auto-instrução e a interação, pois não exige que as escolas, secretarias e comitês, realizem formação presencial para conhecer a metodologia do sistema, pois o mesmo interage permanentemente com o usuário estimulando a reflexão sobre os assuntos abordados.

O PDDE Interativo está disponível para todas as escolas públicas do país, desde que estejam inseridos no censo escolar e que desejem utilizar a ferramenta, estando organizado em etapas que ajudam a equipe escolar a identificar suas principais dificuldades e a elaborar ações para alcançar seus objetivos, aprimorar a qualidade do ensino e aprendizagem, melhorando assim seus resultados.

Na primeira etapa o sistema faz uma identificação geral do diretor e da escola, trazendo ainda o espaço para que a escola possa estar inserindo fotos da vida escolar, alertando a escola que tais fotos não estejam relacionadas apenas à infra-estrutura da escola, mas também ao trabalho cotidiano.

Na segunda etapa a equipe escolar organiza o ambiente institucional, pratica os primeiros passos para iniciar o planejamento, ou seja, estuda a metodologia do sistema, convida o Conselho Escolar ou o grupo de trabalho para elaborar o plano, indica um coordenador do plano, conhecem os membros do Comitê de Análise e Aprovação da Secretaria de Educação, e divulga junto à comunidade escolar o início do processo de elaboração do planejamento da escola, buscando dessa forma, garantir que o planejamento seja realizado de modo participativo.

Na terceira etapa é realizada a elaboração do diagnóstico que possibilita à escola constatar onde se encontram suas principais vulnerabilidades. Esta etapa é considerada a mais importante de todo o planejamento, pois apresenta o momento em que a equipe que planeja se depara com a realidade que desejam mudar. O objetivo fundamental do diagnóstico é auxiliar a escola a fazer um “raio X”, conhecer a realidade e tentar identificar os problemas e desafios relevantes a serem superados.

Sobre o preenchimento do diagnóstico, destaca-se que,

No caso do PDDE Interativo, não se trata apenas de responder e preencher os campos, mas de refletir sobre as informações que estão sendo colocadas, pois muito mais importante do que as respostas em si, são as discussões e proposições que são

geradas a partir das perguntas. Portanto, durante a elaboração do diagnóstico, o Grupo de Trabalho deve avaliar cuidadosamente cada questão e debatê-las até chegar a um entendimento comum e aceitável. Para tanto, quanto mais informações relevantes puderem ser reunidas no diagnóstico, maiores as chances do plano ser bem-sucedido (BRASIL, 2014, p. 7).

Compreende-se dessa forma que o diagnóstico é realizado por meio de recortes conceituais da realidade da instituição escolar, que conduzem o olhar para questões primordiais do funcionamento da escola. Os recortes são apoiados nos estudos sobre os elementos que são decisivos para o êxito da educação oferecida.

Nesse sentido é importante ressaltar que a visão do gestor e do grupo de trabalho nesse processo definirá os caminhos que a escola tomará, na qual poderá ser ampla ou limitada, quão ampla ou limitada sejam suas concepções de educação, gestão, planejamento, seu papel na organização e condução da escola, etc. Destarte, por mais sólida, larga e coerente que seja, de pouca utilidade será caso não seja colocada em prática mediante uma ação ordenada e conexa, e isso poderá se dar “mediante a adoção de uma sistemática de planejamento das ações educacionais em todos os segmentos de trabalho da escola” (Lück, 2009, p.32).

Quanto ao diagnóstico do PDDE Interativo, o mesmo está dividido em 3 eixos, nos quais estão incluídas duas dimensões, sendo: O eixo 1 RESULTADOS: Dimensão 1: Indicadores e taxas - temas IDEB, Taxas de Rendimento e Prova Brasil; Dimensão 2: Distorção e Aproveitamento. O eixo 2: INTERVENÇÃO DIRETA: Dimensão 3: Ensino e Aprendizagem -temas: Planejamento Pedagógico e Tempo de Aprendizagem, na dimensão 4: Gestão. O último eixo, ou seja, eixo 3 apresenta a INTERVENÇÃO INDIRETA: Dimensão 5: Comunidade Escolar.

Pode-se observar que no eixo 1 as informações são mais objetivas e revela como está o desempenho da instituição no que tange a alguns indicadores significativos para a educação. No eixo 2 se localiza o miolo do diagnóstico, reunindo elementos sobre os quais a equipe gestora tem maiores condições de intervir, pois são questões que dependem diretamente da sua atuação.

Quanto ao eixo 3, o mesmo apresenta elementos que podem ser enfrentados pela equipe gestora, mas exigem uma maior predisposição de mobilização e motivação. Vale destacar neste eixo que é comum as escolas atribuírem seus maus resultados aos temas deste eixo, acreditando que a simples melhoria da infra-estrutura resolveria as fragilidades existentes, sendo que, para superar os desafios deste eixo requer criatividade, liderança, negociação e perseverança.

Acredita-se que esta divisão ajuda a equipe escolar a entender melhor onde se localizam as vulnerabilidades e assim propor ações e metas que visem à superação.

Quando concluído o diagnóstico, o PDDE Interativo apresenta uma síntese, a qual traz todos os problemas identificados, sendo exibida ainda no plano geral para que a equipe priorize os problemas que irão enfrentar, sendo esta a quarta etapa do programa, que nesse momento a escola pensará nas ações para enfrentar os problemas elencados no diagnóstico.

O Plano Geral está dividido em duas partes: Plano Estratégico e outros programas do MEC. No Plano Estratégico os problemas detectados e priorizados no diagnóstico serão trazidos para esta aba e a escola poderá prever objetivos e estratégias para cada um deles. É neste plano que se prevê a destinação de recursos do programa PDE Escola. Na segunda parte do Plano Geral, significa que cada programa que aderir ao PDDE Interativo terá uma aba específica no Plano Geral, as quais aparecerão apenas para as escolas priorizadas.

A estrutura básica de gestão do PDDE Interativo é formada pelo Dirigente da Educação, pelos membros do Comitê de Análise e Aprovação e pelos Diretores, não sendo obrigatórios os perfis do coordenador e da equipe de apoio.

É relevante destacar ainda algumas atribuições do comitê de análise e aprovação do PDDE Interativo, ficando sob a responsabilidade de: conhecer a metodologia e as orientações do PDDE Interativo; sensibilizar e motivar a liderança da escola para a elaboração e implantação do PDDE Interativo; auxiliar as escolas a elaborarem seus planos de acordo com os princípios que estruturam o planejamento; comunicar-se de forma sistemática com as escolas que estão elaborando o PDDE Interativo; avaliar o plano de ação de cada escola; emitir um parecer técnico sobre o plano de cada escola, acompanhando o processo de validação dos planos pelo MEC, no caso de escolas priorizadas para receber recursos e por fim avaliar a execução dos planos e os resultados alcançados, entre outros (BRASIL, 2014).

Por meio da leitura documental pode observar que o PDDE Interativo traz em seu cerne a gestão democrática, a descentralização, a participação, controle social, o planejamento estratégico e a autonomia escolar, que buscam assegurar as condições de trabalho da instituição de ensino, bem como, reforçar a participação social e a autogestão da escola.

No que tange ao controle social o referido sistema considera como central para a sua implementação a Unidades Executora—Uex- das escolas, ou seja, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Instituição - APMF, sendo as mesmas responsáveis pela elaboração, fiscalização e prestação de contas junto aos órgãos competentes.

Para o ano de 2015 o MEC realizou algumas alterações no sistema do PDDE Interativo, fruto de um processo de construção coletiva entre as equipes dos programas que

integram o sistema. Segundo as orientações do PDDE Interativo 2015, as alterações objetivam aproximar a conexão do sistema com a realidade da instituição escolar, buscando dessa forma aprimorar o planejamento e o cumprimento das ações.

Com esse propósito, as questões de identificação se encontram mais detalhadas, especialmente as que se referem à escola, em relação aos seus recursos e ao contexto no qual se encontra. Além das informações gerais, é necessário informar questões sobre a caracterização e infra-estrutura, os aspectos ambientais e sobre o Conselho Escolar.

Nesse sentido, o diagnóstico também se encontra mais consistente, buscando agregar os assuntos relacionados aos programas que integram o sistema PDDE, como também mostrar os indicadores e aspectos do ensino-aprendizagem nas diferentes modalidades da Educação Básica oferecidas pela escola. O preenchimento do diagnóstico será obrigatório para que as escolas possam se candidatar aos programas que integram o sistema.

Outra alteração considerada significativa no diagnóstico é que parte das informações preenchidas será disponibilizada aos estados e municípios no momento de elaboração do Plano de Ações Articuladas – PAR, podendo ser as mesmas utilizadas no planejamento das ações da rede para o período de 2015-2018, o que busca facilitar a comunicação entre as secretarias estaduais e municipais de educação, escolas e o MEC.

Para o planejamento de 2015 os planos de ação da escola para os diferentes programas vinculados ao PDDE foram unificados, possibilitando dessa forma um planejamento integrado dos diversos aspectos que constituem a realidade escolar e seu contexto, passando a ser chamado então de Plano Integrado, o qual abarca propostas de resolução dos entraves identificados no diagnóstico.

O Comitê de Análise e Aprovação do PDDE Interativo passa a partir do ano de 2015 a ter a nomenclatura de Comitê Gestor do PDDE Interativo. Uma recomendação importante dada às escolas é que as mesmas não hesitem em buscar o apoio do comitê, visto que este é composto por uma equipe de profissionais responsável pela assessoria da escola na construção de todo o processo, bem como na aprovação do Plano Integrado.

Em 2015 o Conselho Escolar ou parte dele deverá assumir as funções do Grupo de Trabalho – GT na construção do diagnóstico e do Plano Integrado, sendo um meio de que a elaboração do plano seja efetivamente democrática e participativa. Contando que até 2014 não se exigia o Conselho Escolar, esse grupo de trabalho era composto com a representatividade de todos os segmentos integrantes da comunidade escolar.

O PDDE Interativo pode ser considerado fruto das reformas educacionais ocorridas na década de 90 no Brasil, reformas estas que tinham a autonomia escolar como instrumento

descentralizador, resultante em medidas na área de gestão, financiamento e avaliação. Tais reformas vêm sendo discutidas por educadores e representantes de diversos órgãos internacionais, os quais revelam a necessidade de mudança na educação, motivando assim o governo brasileiro a adotar políticas públicas que almejam a melhoria da gestão das escolas do país.

Observa-se que o processo de descentralização do PDDE Interativo, como base da gestão educacional tem a intenção no repasse de recursos direto a escola, buscando uma proximidade do Estado frente às necessidades reais da instituição escolar, o qual delega dessa forma competências que até alguns anos atrás eram exclusivas do governo, e que agora na contemporaneidade a equipe escolar está ganhando espaço para a tomada de decisões.

Entende-se que a autonomia da escola no contexto do PDDE Interativo pode se organizar de forma a atender suas necessidades, mas o programa possui diretrizes de um sistema maior, tendo assim chances do espaço educacional não vivenciar a autonomia na sua totalidade.

É percebido que o PDDE Interativo vem se desenhando como um campo de interação entre MEC, secretarias estaduais e municipais de educação, e instituições escolares. As informações prestadas pelas escolas almejam proporcionar aos órgãos educacionais superiores, informações significantes que poderão subsidiar a formulação de políticas públicas educacionais cada vez mais centradas na realidade escolar.

O PDDE Interativo e sua operacionalização na prática escolar

Nessa seção apresentam-se as informações coletadas nas vozes dos gestores das escolas, buscando por meio do questionário trazer a tona evidências e percepções em relação de como se dá na prática a operacionalização e execução do PDDE Interativo.

Das cinco escolas pesquisadas quatro se localizam na zona rural e uma na zona urbana, as quais, aproximadamente há 04 à 05 anos já realizam o preenchimento do sistema PDDE Interativo, contando que todas já concluíram o preenchimento do período 2015 à 2018.

Mediante as informações levantadas pode-se constatar que desde sua implantação o sistema gerou grande expectativa entre os gestores entrevistados, devendo pelo fato de que o desejo em melhorar a gestão da escola é uma preocupação constante de toda a equipe escolar, que ao mesmo tempo gera certa insatisfação quando a escola não é contemplada com recursos, pois os gestores evidenciam os problemas existentes na escola no anseio do repasse de recursos e consequentemente a melhoria da gestão escolar.

Quanto ao processo de preenchimento do sistema os gestores foram unânimes em destacar que nem sempre conseguem reunir o grupo de trabalho por completo, ficando assim a responsabilidade pelo preenchimento o gestor, secretário escolar, pedagogo e professores, contando ainda que duas escolas que se localizam na zona rural não possuem acesso a internet, exigindo o deslocamento até a Secretaria Municipal de Educação - SME para a operacionalização do sistema, impossibilitando a participação do grupo de trabalho nomeado para este fim, como se observa no relato de um dos gestores: “devido a escola não ter ainda acesso a internet, a pedagoga e eu fazemos o preenchimento na SME, dificultando assim que os demais funcionários participem ativamente” (Gestor 2).

Quando solicitados a expressarem sua opinião sobre o sistema do PDDE Interativo, dos cinco gestores três evidenciaram um parecer positivo e dois relataram pontos negativos, como se pode observar abaixo.

“É importante porque possibilita uma visão geral da escola e a partir do diagnóstico é possível planejar ações para solucionar os problemas existentes” (Gestor 1). O Gestor 2 destaca “é um sistema bastante interessante, pois através dele a escola identifica os principais problemas e, refletindo essa realidade os mesmos podem ser superados”.

É importante, pois através do mesmo o FNDE tem conhecimento da realidade da escola e conforme a dificuldade destina recursos para suprir as necessidades básicas e alguns melhoramentos no ambiente escolar, como prédio e materiais de consumo e permanente (Gestor 3).

Quanto aos pontos negativos o Gestor 4 avalia que o sistema do PDDE Interativo é “bastante burocrático, deveria ser mais simplificado”. Outra opinião negativa foi emitida pelo Gestor 5 que diz:

Ele não corresponde com a realidade da escola em alguns aspectos. Nossa escola não possui maternal e as perguntas relativas a este segmento no diagnóstico final aparecem como dificuldades a serem melhorados no estabelecimento.

Mediante o exposto, percebe-se que o processo de reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem e sobre as dificuldades enfrentadas pela escola por meio do diagnóstico são elementos importantes evidenciados pelos gestores, considerados enquanto pontos fortes do sistema do PDDE Interativo. “Através do preenchimento do diagnóstico podemos perceber e refletir sobre a realidade da escola, auxiliando na elaboração do seu plano de ação e no diálogo entre os entes federados” (Gestor 2).

Quanto às fragilidades encontradas no sistema do PDDE Interativo os gestores evidenciaram a necessidade de cursos para o repasse de informações e suporte técnico, questões com respostas fechadas, visto que o sistema é baseado em perguntas e respostas que muitas vezes tais respostas não condizem com a realidade da instituição escolar, mas precisam ser preenchidas para dar seguimento no diagnóstico.

A gestão financeira descentralizada na escola é uma questão muito discutida pelos gestores, visto que os mesmos evidenciam que é uma autonomia relativa, entendendo não no caso da escola receber percentuais designados a despesas de custeio e capital, mas pela participação da escola no processo de decisões de uma política que busca descentralizar a gestão financeira, visto que o poder de decisão da escola é previamente parametrizado por uma instância central e a aplicação dos recursos chega à escola fragmentada em diferentes ações.

Observa-se pelas respostas dos gestores que a gestão financeira própria envolve uma atividade que abrange as dimensões política, administrativa e pedagógica, o que reafirma a importância de uma autonomia construída, que incorpore e fundamente as dimensões da identidade própria da escola.

Segundo Oliveira (2009) nas últimas décadas o Brasil vive uma onda de reformas que tem como resultado um novo desenho de gestão das políticas públicas, analisando esse novo desenho por meio de três conceitos: ação pública, governance e regulação, os quais dão o formato de gestão que “é definido pela formulação no nível central e a descentralização na implementação ou execução local” (OLIVEIRA, 2009, p. 18).

Aproximadamente há 04 à 05 anos as escolas já realizam o preenchimento do sistema PDDE Interativo, das cinco escolas, quatro foram beneficiadas com programas federais, sendo: duas da zona rural com o PDE Escola, 02 da zona rural com o programa Escola do Campo e a escola que se localiza na zona urbana até o momento não foi contemplada com programas que fazem parte do sistema do PDDE Interativo.

Uma questão que merece destaque se dá frente à exigência de que para a construção do diagnóstico e do Plano Integrado do PDDE Interativo exige-se o Conselho Escolar ou parte dele na função do grupo de trabalho, visto que segundo os gestores entrevistados, nenhuma das escolas até o ano de 2014 possuía Conselho Escolar, levando assim no ano de 2015 a mobilização e criação dos Conselhos Escolares nas respectivas instituições escolares, o que representa uma importância instância para a tomada de decisões no interior da escola.

Destarte, pelos depoimentos percebe-se que os gestores entrevistados consideram o sistema do PDDE Interativo como uma importante ferramenta de diálogo entre o MEC,

estados e municípios, pois por meio dela as escolas tem a oportunidade de receber recursos financeiros, mesmo que insuficientes, mas que são de extrema importância para a aquisição de materiais de uso contínuo, permanente e para a manutenção das estruturas físicas das escolas e consequentemente um melhoramento na gestão escolar.

Em relação à operacionalização do sistema do PDDE Interativo, percebem-se diferentes dificuldades por parte dos gestores e da equipe escolar, quais sejam: dificuldades em relação ao mundo da informática, compreensão e interpretação de textos, acesso a internet, mobilização do grupo de trabalho, pouco tempo disponibilizado para a discussão e preenchimento do sistema, visto o número reduzido de funcionários das escolas, entre outros.

Em contrapartida os gestores destacam que mesmo com as dificuldades existentes na operacionalização do sistema, o PDDE Interativo oportuniza momentos de reflexão e planejamento da escola de forma a contar com a participação de alguns membros do grupo de trabalho e com membros do comitê gestor do PDDE Interativo, com os quais as escolas estão sempre em contato no que se refere a orientações e dúvidas.

Os gestores destacam ainda que anterior à implantação do sistema do PDDE Interativo, não se produzia um diagnóstico e uma avaliação da realidade da escola como um todo. Conforme as necessidades pontuais iam surgindo a escola buscava mecanismos para minimizá-las, as quais nem sempre eram exitosas. Portanto, com o sistema do PDDE Interativo a escola passou a ter uma visão mais abrangente da realidade e a definir ações de aprimoramento da gestão e do seu processo de ensino e aprendizagem, anunciando assim aos entes federados sua realidade e suas necessidades, o que é possível assim a captação de recursos por meio dos programas que fazem parte do PDDE Interativo.

Observa-se por meio dos relatos dos gestores que as escolas buscam empenhar-se em conhecer a metodologia de planejamento, as quais procuram manter um diálogo frequente com o comitê gestor e com a comunidade escolar, tendo o plano geral como instrumento de identificação e discussão das fragilidades da escola na busca coletiva de soluções.

Mediante ao exposto acredita-se que o PDDE Interativo vem cumprindo com seu objetivo principal que é auxiliar a comunidade escolar a produzir um diagnóstico de sua realidade, isto é, avaliar a realidade da escola em suas dimensões e definir ações para aprimorar sua gestão e seu processo de ensino e aprendizagem.

Considerações finais

Pode-se considerar que o PDDE Interativo não é uma política educacional que visa diminuir ou erradicar um determinado problema enfrentado pela escola, mas sim uma metodologia inovadora, a qual busca conduzir as escolas para uma nova maneira de olhar a realidade escolar, com a preocupação em fazer com que as escolas reflitam sobre seus problemas para que posteriormente tenham condições de realizar um plano geral de gestão escolar coerente com tal realidade.

Acredita-se que o PDDE Interativo proporciona o autoconhecimento da instituição escolar, indo além de sua assistência financeira, pois leva a escola a descobrir quais são suas particularidades, seus pontos fortes e fragilidades, os entraves que enfrentam, quais podem ser resolvidos e quais demandam de um esforço maior para alterar tal realidade. Essas questões levam a uma mudança de gestão das escolas, no qual o plano de gestão é concebido mediante a situação atual da escola, tendo então uma base verdadeira para se apoiar.

Também merece ênfase a importância que o repasse dos programas que fazem parte do PDDE Interativo tem nas escolas, os quais representam relevantes aportes no orçamento escolar, da mesma maneira, a autonomia da escola, mesmo sendo considerada relativa, é considerada uma importante inclinação no sentido da desejada autonomia de gestão financeira para as instituições públicas.

Entende-se dessa maneira que o PDDE Interativo é resultante de um processo histórico contemporâneo e sua dinâmica repercute na qualidade do ensino e gestão escolar. Contando que a focalização do financiamento tem seus contornos definidos a partir das reformas dos anos 90, as quais reforçam e intensifica essa focalização nas prioridades imediatas que reclamam de ações voltadas a assistência financeira.

Nota-se que o discurso de natureza participativa, democrática, autônoma e descentralizadora desta política investigada, tem sido decisiva para a sua credibilidade perante a comunidade em geral, e, sobretudo, às instituições escolares que vêem nas políticas educacionais uma estratégia de participação na gestão dos recursos públicos do âmbito educacional e no atendimento das demandas do setor escolar.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o PDDE Interativo apresenta perspectivas positivas, que quando apropriada pelos gestores podem aprofundar os níveis de participação no interior das instituições escolares, com vistas a democratização dos processos de gestão escolar, pois acredita-se que o PDDE Interativo somente alcançará seus desígnios na sua íntegra se ocorrer a participação de toda comunidade escolar no que tange o bom

planejamento e o efetivo acompanhamento do comitê gestor, para que assim possam em conjunto elaborar ações para alcançar seus objetivos e aprimorar a qualidade do ensino e aprendizagem, melhorando assim seus resultados.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso 06/06/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Manual do PDDE Interativo 2014*: PDDE Interativo planejar melhor, realizar mais. Coordenação Geral de Gestão Escolar / DAGE/SEB. 2014.

BRASIL. *Plano de Desenvolvimento da Escola*. Ministério da Educação – MEC. Disponível em <http://pdeescola.mec.gov.br/index.php/o-que-e-pde-escola> s/d. Acesso em 30 de janeiro de 2016.

BRASIL. Orientações do PDDE Interativo 2015. Ministério da Educação – MEC. Disponível em <http://pddeinterativo.mec.gov.br/> Acesso em 02 de março de 2016.

FONSECA, Marília et. al (Org.). *Escolas gerenciadas*: Planos de Desenvolvimento e Projetos Político-Pedagógicos em debates. Goiânia: UCG, 2004.

LÜCK, Heloísa. *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Editora Positivo. Curitiba. 2009.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão Democrática da Escola Pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. *Crítica da estrutura da escola*. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Regulação e avaliação de políticas públicas educacionais*. In: DOURADO, L.F. (Org.). *Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios*. São Paulo : Xamã, 2009.